



Artigo

Redes de Apoio Social e Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres: Relato de Experiência de um Curso de Extensão Universitária

Natacha Farias Xavier

Universidade Federal do Ceará
fariasnatacha35@gmail.com | ORCID 0000-0003-4778-940

Carolina Marinho Marcelo

Universidade Federal do Ceará
carolinamarinhom@gmail.com | ORCID 0000-0002-9499-7328

Verônica Moraes Ximenes

Universidade Federal do Ceará
vemoraes@yahoo.com.br | ORCID 0000-0003-3564-855

Resumo

A violência contra a mulher tem cada vez mais apresentado dados crescentes e que preocupam, assim, é imperativo revisar as estratégias de enfrentamento e promover espaços de debate e construção de alternativas que visem fortalecer as mulheres para que estas possam ampliar suas redes de apoio e proteção, uma vez que violência alguma se enfrenta de maneira isolada. Discutir violência contra as mulheres em nível acadêmico, é tarefa complexa e demanda dos facilitadores um manejo dinâmico e ético-político em sua ação. Dessa forma, objetivamos através desse estudo, discutir os resultados da experiência de um curso de extensão universitária sobre redes de apoio social e enfrentamento às violências contra as mulheres pautadas no referencial teórico da Psicologia social e da Teoria Feminista Interseccional. Como percurso metodológico, optou-se pelo



modelo qualitativo em caráter descritivo, através do relato de experiência da condução de um curso de extensão. Dividimos os resultados e discussão em três tópicos: o planejamento do curso, onde apontamos como foi elaborada a metodologia de execução do curso; um tópico sobre a categoria rede de apoio social como estratégia de enfrentamento coletivo à violência contra a mulher e o terceiro tópicos discutimos o impacto do curso na realidade das participantes. Esse percurso nos trouxe elementos importantes acerca das práticas de ensino e debate sobre violência contra a mulher, e destacamos a educação como uma das componentes necessárias para tensionar o fomento de políticas de enfrentamento às diversas violências.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Rede de apoio social; Violência doméstica; Educação; Conscientização.

Abstract

Violence against women has shown increasing and worrying data, so it is imperative to review coping strategies and promote spaces for debate and the construction of alternatives aimed at strengthening women so that they can expand their support and protection networks, since violence cannot be dealt with in isolation. Discussing violence against women at an academic level is a complex task and requires facilitators to be dynamic and ethical-political in their actions. The aim of this study is therefore to discuss the results of a university extension course on social support networks and dealing with violence against women, based on the theoretical framework of social psychology and intersectional feminist theory. As a methodological approach, we opted for a qualitative, descriptive model, through an experience report of an extension course. We have divided the results and discussion into three topics: the planning of the course, where we point out how the methodology for running the course was drawn up; a topic on the category of social support network as a strategy for collectively confronting violence against women and the third topic discusses the impact of the course on the reality of the participants. This journey has provided us with important elements about teaching practices and the debate on violence against women, and we highlight education as one of the necessary components for promoting policies to combat the various forms of violence.

Keywords: Violence against women; Social support; Confrontation; Awareness; Education.

Introdução

A compreensão do enfrentamento às diversas violências a que as mulheres estão expostas é uma tarefa complexa para todos os pesquisadores da área, profissionais que atuam com a temática



e para a população em si. Como o fenômeno violência é complexo e multifacetado (Martín-Baró, 2001), a organização de estratégias que viabilizem a sua erradicação perpassa âmbitos que envolvem os campos da saúde, educação, segurança pública, trabalho, renda e bem-estar social. Dessa forma, não é somente o Estado que viabiliza proteção; embora este deva ser um balizador essencial de garantia de segurança e distribuição de verbas para as políticas públicas, é preciso que a população tenha consciência da perpetração da conduta de violência que é passada de geração em geração e vista como natural.

Dessa forma, como nos indica Bell Hooks (2017), consideramos importante que as formas e práticas de Educação busquem promover situações de conscientização sobre temas como esse, de responsabilidade social, que possibilitam que tenhamos um arcabouço crítico-reflexivo ampliado nos diversos espaços educacionais. Para Freire (2016), a conscientização é uma forma de tomar posse da realidade e romper com as práticas violentas que oprimem os sujeitos, assim, seria a conscientização um caminho de desmistificação que incitaria a construção de pensamentos e ações libertadoras. Fato este observamos nas escolas, nas universidades ou nos contextos de Educação informal, quando alunos e alunas, ao se sensibilizarem com esses temas, conseguem perceber situações de violência e buscar ajuda, assim, a Educação torna-se um percurso propulsor de conhecimento de práticas de proteção, uma vez que acessamos tal conhecimento; e que pode sim fazer parte das práticas de enfrentamento às violências, considerando a realidade de cada lugar.

Tem sido cada vez mais comum vermos nos noticiários de TV ou mesmo em redes sociais, denúncias de violência contra as mulheres em suas mais diversas formas, desde situações de assédio nas ruas, homens que fazem registros de imagens de mães em situação de amamentação, abuso sexual, companheiros e ex-companheiros que agridem suas companheiras e assim por diante. De acordo com a Lei 11.340 (Brasil, 2006), popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, as formas de violência doméstica e familiar são físicas, psicológicas, morais, sexuais e patrimoniais. Dados mais recentes sobre violência doméstica, segundo o Atlas da Violência 2024, indicam que mais de 1,2 milhão de mulheres foram vítimas de violência no Brasil. Os dados denunciam que houve um crescimento de 0,8% de violência doméstica, e, se comparados aos dados de 2022, as ameaças de violência doméstica tiveram um crescimento aproximado de 10%, bem como as ameaças subiram 16,5%. O estado do Ceará é apontado como um dos mais violentos



do Brasil, com indicativo de quatro cidades entre as cinquenta mais violentas, dentre elas estão Maracanaú, Caucaia, Sobral e Fortaleza. É importante frisar que a leitura desses dados deve ser atravessada por uma análise interseccional de raça e classe, uma vez que a população negra feminina é a mais afetada, pois o risco de uma mulher negra ser violentada e assassinada é de 1,7% em relação às mulheres não negras no Brasil. Portanto, discutir a violência contra as mulheres é tema relevante, central e legítimo em todos os espaços.

Quando fazemos o recorte da violência para as múltiplas situações que ocorrem contra as mulheres, é preciso compreender a organização da estrutura social em que a sociedade se fundamenta e a legitimação de práticas machistas e misóginas que ocorrem em todos os espaços, sejam eles públicos ou privados (Biroli, 2014). No campo das Psicologia, o tema sobre violência de gênero ainda apresenta fragilidades no debate, embora tenhamos através do Conselho Federal de Psicologia - CFP (2012) uma cartilha que orienta a atuação, o debate entre os pares ainda é sensível, demandando maior problematização. Em planos gerais, é urgente a compreensão de que a violência produz efeitos devastadores na vida psíquica e comportamental dos sujeitos, logo, os profissionais precisam avaliar como a práxis psicológica pode colaborar com as mulheres que enfrentam tal nível de complexidade e como essa atuação deve ser guiada de maneira interdisciplinar.

Segundo Xavier (2019), o olhar e atenção interdisciplinar são necessários, sobretudo porque as mulheres vítimas de violência podem vivenciar em suas realidades processos de estigmatização, fator este que impacta no empobrecimento de suas redes de apoio social, reverberando em sentimentos como culpa e culpabilização pela situação de violência, sentimento de vergonha pela situação vivenciada, humilhação pelas pessoas a sua volta e redução dos laços sociais e afetivos com as pessoas que estavam na composição de suas redes de apoio, seja no campo familiar, amizades, trabalho, religião, e outros. Nesse sentido, pensar no âmbito complexo do enfrentamento à violência contra a mulher requer sensibilidade para a análise de redes de apoio social.

Silva et al. (2016) tratam o enfrentamento como concepção relacional acerca da construção cotidiana da sobrevivência individual e coletiva, abarcando a vivência do sujeito na superação dos percalços que para ele se apresentam, sendo este conceito utilizado de maneira oposta à ideia verticalizante de combate. O foco do enfrentamento, para as autoras, é a ação conjunta, construída



pelas pessoas para afrontar dificuldades e responder a sofrimentos e estresses; logo, opõe-se à ideia de uma erradicação vinda de fatores externos aos sujeitos, pensadas a partir de pressupostos que perpetuam as desigualdades.

Cidade (2019) se filia a uma perspectiva multidimensional ao discutir o enfrentamento, onde este é relacionado a esforços realizados para lidar com situações estressantes, sendo vinculado ao contexto específico onde o sujeito é capaz de pensar e agir. Assim, para Cidade (2019), as estratégias psicossociais de enfrentamento correspondem a um processo condicionado histórica e culturalmente que diz respeito à capacidade de lidar, em âmbito subjetivo, com a realidade, de modo a produzir invenções frente às situações vivenciadas. Logo, podemos entender o enfrentamento enquanto articulação de ações construídas para a superação de problemas individuais ou coletivos. Para Silva e colaboradores (2016), o apoio social tem importante papel nesse aspecto, uma vez que, inserido no contexto dos sujeitos a partir de diversas fontes, viabiliza auxílio para situações de dificuldade, o que possibilita a identificação de ações que podem ser realizadas para o enfrentamento da dificuldade demandada.

De acordo com Dutra e colaboradores (2013), ao considerarmos os percalços que se apresentam em relação à saída de mulheres de situações de violência, como a culpabilização e o preconceito, a constituição, a articulação e o fortalecimento de redes de apoio social se apresenta como possibilidade para o enfrentamento dessas violências, seja a partir de redes que já fazem parte do convívio da mulher, seja dos órgãos institucionais que objetivam proteger mulheres vítimas de violência. O estudo de Macedo et al. (2018), que traz uma revisão acerca da literatura científica brasileira a respeito do apoio social, afirma a ausência de um consenso quanto a uma conceituação única, mas a sintetiza na rede de relações interpessoais calcada nos cenários sociais onde a autoimagem dos sujeitos se constroi. Valla (2000) afirma ainda que o apoio social incide sobremaneira nas questões relacionadas à proteção da saúde, na medida em que a disponibilidade do auxílio possibilita que as pessoas evitem adoecimentos em situações de dificuldade, uma vez que o apoio social perfura a sensação de isolamento.

Em pesquisa sobre a rede de apoio social disponível para o acolhimento das necessidades de uma comunidade em relação à saúde mental, Souza et al. (2013) distinguem o apoio formal do apoio informal. O primeiro está associado ao suporte de instituições com profissionais qualificados



para o atendimento de demandas, enquanto o segundo se refere ao suporte fornecido a uma pessoa por sujeitos próximos, onde já existem relações estabelecidas. Nesse sentido, essas formas de apoio podem potencialmente constituir ações intersetoriais, sendo que é importante a reflexão em torno de maneiras de ampliação das redes de apoio e do acesso que a elas é feito (Souza et al., 2013).

De acordo com Macedo e colaboradores (2018), o apoio social é recorrentemente abordado nas produções brasileiras a partir de 5 dimensões, cada uma relacionada à característica do recurso disponibilizado, sendo elas o apoio material, apoio de informação, apoio afetivo, apoio emocional e apoio de interação social positiva. Além disso, os autores trazem que o apoio social carrega uma certa dependência em relação à percepção dos sujeitos acerca do apoio a que têm acesso. Nesse sentido, há uma relação concreta entre apoio e acesso, de modo que o apoio social, para ser reconhecido enquanto tal, implica na compreensão dos sujeitos de que existem pessoas ou instituições disponíveis para efetivar o suporte.

Podemos entender que o apoio social está relacionado à disponibilidade de recursos, a partir das relações interpessoais e comunitárias, que impactam na constituição subjetiva dos sujeitos, incidindo positivamente na sua saúde. A violência contra as mulheres, imputada pela desigualdade de gênero, é considerada um problema da ordem da saúde pública que acarreta inúmeros prejuízos (Dutra et al., 2013). Atrelando a esta análise as experiências das mulheres negras, que sofrem ainda com as questões relacionadas ao racismo, a articulação de redes de solidariedade se torna mais urgente e catalisadora de vontade política (Carneiro, 2011).

Nesse sentido, o que Andrade e Vaitsman (2002) chamam de associações voluntárias são importantes organizações que podem constituir redes de apoio social, uma vez que reúnem as pessoas de forma cooperativa em torno de objetivos compartilhados, rachando a sensação de isolamento. No entanto, cabe ressaltar a relevância dos serviços públicos se constituírem enquanto apoio social, inclusive ao considerar que a desigualdade, em suas diversas facetas, interfere diretamente na percepção de que o acesso a esses serviços é um direito. Andrade e Vaitsman (2002) reforçam na discussão a positividade do apoio social nas redes sociais virtuais, onde o suporte, compartilhamento e presença na vida do outro, inclusive a nível comunitário, auxiliam no enfrentamento aos problemas e incidem sob a confiança e autoestima dos sujeitos.



Xavier (2019), em sua pesquisa, aponta que mesmo com a rede de apoio fragilizada, as mulheres entrevistadas relataram poder contar com pelo menos uma outra mulher para desabafar sobre sua situação de violência ou mesmo buscar apoio afetivo, o que nos traz pistas sobre pensar os laços de confiança que são estabelecidos nas relações de amizade entre as mulheres. Para além de romantizar as relações que as mulheres constroem com outras mulheres, o que chama a atenção é que esse diálogo permite a elaboração de fortalecimento e permite o enfrentamento de diversas formas e estratégias. Para Meneghel e Lerma (2017), pode-se nomear essa relação entre mulheres de sororidade, que, para as autoras, trata-se de uma experiência subjetiva entre mulheres que visa promover alianças que buscam a erradicação de todos os níveis de opressões. Assim, compreende-se que o enfrentamento às violências não ocorre de maneira individual, mas através de manifestações sociais e coletivas, como, por exemplo, observamos que ao longo dos anos mulheres e feministas vêm lutando por direitos, pelo fim das violências de gênero e punição efetiva dos agressores, e assim, conseqüentemente, e às custas de muita mobilização, foram obtidas no Brasil conquistas como a Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006, e a Lei do Feminicídio, nº 13.104/2015.

Como destacado, acredita-se que enfrentar as violências de gênero atravessa o debate da Educação e da formação profissional. É na formação e na relação com outras mulheres que podemos construir caminhos de um fazer ético-político dialógico. Assim, na prática docente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, foi realizado o projeto de um curso de extensão com o objetivo de discutir o enfrentamento às violências contra as mulheres e o fortalecimento de redes de apoio. Para tal, buscou-se desmistificar a ideia de que a violência se enfrenta de maneira isolada, e que, ao contrário, são produzidas formas de enfrentamento na promoção de espaços de fala com outras mulheres numa relação interseccional. Essa ideia compactua com a proposta da Educação e da Psicologia preocupadas com a transformação social e que buscam atuar de forma dialogada e ético-política. A condução do curso, além da mediação da doutoranda, contou com a colaboração de duas graduandas do curso de Psicologia, interessadas na temática.

Destarte, reiteramos a importância das disciplinas de Estágio em Docência como forma de fortalecimento das ações que ocorrem nos espaços dos cursos de extensão, a fim de ampliar o percurso formativo de doutorandos e doutorandas nos Programas de Pós-Graduação no Brasil, bem



como forma de construção de autonomia em seus processos de aprendizagem e de preparação para a criação de planos de aulas, elaboração de apresentações e a possibilidade de ensaiar como eles irão atuar e se percebem enquanto educadores. Botomé e Kubo (2002) concordam com essa afirmação ao apontarem a importância de construir e desenvolver a capacidade das pessoas na produção de conhecimento e proposição de que este conhecimento seja acessível à sociedade, assim, uma prática de ensino se faz exatamente através da experiência. Campos e Almeida (2020) concordam e acrescentam que o modo docente se faz orientado pela própria práxis, ou seja, como atividade social transformadora, em que se pensa de forma complexa e ampliada, se aprende e re-aprende na execução da atividade e assim, são propostas formas de transformação social através da Educação e da pesquisa científica. Portanto, o objetivo deste artigo é discutir os resultados da experiência de um curso de extensão universitária sobre redes de apoio social e enfrentamento às violências contra as mulheres.

Metodologia

Este é um estudo de caráter qualitativo. Para Silverman (2020), esta abordagem nos permite uma descrição e interpretação dos fenômenos de modo que possamos focar nas experiências e perspectivas dos investigados em locus e que nos dispõem uma diversidade de dados detalhados, estas investigações podem ocorrer através de entrevistas, observações e mesmo através de análise de documentos, bem como na modalidade relato de experiência, categoria escolhida para este estudo e produzido após a vivência discente em um curso de extensão realizado através da disciplina Estágio em Docência III do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará e mediado por uma estudante de doutorado. As atividades ocorreram no período que abrange agosto a outubro de 2022. Mussi et al. (2022), sobre o relato de experiência, afirmam que essa atividade se trata da produção de conhecimento acerca da vivência docente acadêmica e que é um dos pilares da formação ensino, pesquisa e extensão. Buziquia et al. (2021) reiteram a relevância desse tipo de método como proposta de fomentar ações que possuem como base o conhecimento dos indivíduos sobre alguma situação que ocorreu ou está em andamento.



O curso de extensão ofertado tinha como categorias centrais a violência contra as mulheres, o enfrentamento às violências, a conscientização e o apoio social. Anteriormente à sua execução, o projeto do curso foi submetido e avaliado pela Pró-Reitora de Extensão e contou com o apoio e supervisão de uma professora do Programa de Pós-Graduação. O público-alvo em sua divulgação estava aberto para pessoas interessadas na temática e foi divulgado através de redes sociais e grupos de *WhatsApp*. Durante o período de inscrições, através de um formulário *online*, contamos com mais de 80 inscritos/as e estes foram selecionados/as por ordem de inscrição, o que gerou um total de 40 participantes. Acerca da conclusão e evasão do curso, as participantes foram bastante assíduas, justificaram as suas ausências e atrasos, e ao final obtivemos a desistência de apenas cinco inscritas no decorrer do cronograma das aulas. Um dado relevante é que não tivemos inscrição de profissionais ou estudantes do sexo masculino, uma perspectiva importante de ser percebida como um dado a ser questionado futuramente acerca da participação masculina no tema em questão. Interessante destacar que em sua maioria eram mulheres ou estudantes de ensino superior, ou profissionais que atuam com a temática, sendo que, das participantes selecionadas, oito (08) mulheres eram trabalhadoras em políticas de assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade social que buscavam atualizar suas capacitações teóricas sobre o tema, três (03) eram psicólogas recém formadas, e, as demais, estudantes dos cursos de Psicologia, Serviço Social e Ciências Sociais de distintas universidades públicas e privadas que buscavam diálogos sobre o tema.

Os fatores “gênero” e “quantidade de pessoas interessadas em participar” são importantes de serem citados pois afirmam uma preocupação social com a temática, sobretudo quando, após dois anos de reclusão pós-pandemia pela COVID-19, observa-se um número crescente de relatos de casos de violência contra as mulheres e a real necessidade de articulação de diversos âmbitos que viabilizem a criação e fortalecimento de políticas públicas para essa perversa realidade que assola tantas mulheres no Brasil. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), somente em março de 2020, início da pandemia, foram notificados 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro. São dados que preocupam e denunciam a emergência de ações relevantes e eficazes para o enfrentamento da situação.



A execução do curso se deu através de oito encontros presenciais, nas sextas-feiras, das 14h às 19h, totalizando 40h/a. Os encontros eram facilitados através de metodologias ativas, que, segundo Batista e Cunha (2021), são possibilidades de ensino com base em uma aprendizagem crítico-reflexiva, que incentiva autonomia e participação. Para a perspectiva teórica, destaca-se o uso do referencial da Psicologia Comunitária, que, segundo Nepomuceno, Ximenes, Cidade, Mendonça e Soares (2008), preocupa-se em denunciar as realidades de opressão e a busca pela realidade de libertação, sobretudo através de uma literatura que conheça criticamente a sua realidade. Esse embasamento alinhou-se ao viés teórico-metodológico proposto pela literatura feminista interseccional e decolonial, através dos estudos de Lélia Gonzalez, Bel Hooks, Angela Davis, Cinzia Arruzza, Veronica Gago, dentre outras. Como afirma Moruzzi (2022), a teoria femista contribui de maneira fértil para pensarmos a educação através de uma postura antirracista e antissexista, de modo a priorizar a justiça social e promoção de cidadania igualitária.

Os temas discutidos em ordem cronológica foram: 1) Gênero: aspectos históricos e conceituais; 2) Gênero, classe, raça/etnia: contribuições do feminismo a partir da perspectiva da interseccionalidade; 3) Violência contra a mulher: contribuições e reflexões; 4) Feminismos, políticas públicas e movimentos sociais feministas; 5) Redes de apoio e de cuidado como formas de enfrentamento e resistência; 6) Cuidado como campo de reflexão e de enfrentamento contra as violências; 7) Estratégias de enfrentamento desenvolvidas por coletivos de mulheres e 8) Relatos de vivências nos coletivos de mulheres. Através da mediação e de uma postura disposta a “construir com” as participantes um debate amplo e potente, em cada encontro foi associado ao conteúdo teórico um método de incentivo à participação, como vídeo, poesia, música e relato de vida através de dinâmicas. O curso contou ainda com a participação de uma convidada que explanou a sua vida de militância no combate às violências no estado do Ceará e encerrou com as participantes apresentando grupos de mulheres que existem na cidade e que promovem em suas ações uma agenda ampla de enfrentamento às violências.



Resultados e Discussão

Planejamento e execução do curso de extensão

A preocupação inicial para a oferta do curso de extensão com uma temática tão complexa e sensível como o enfrentamento às violências contra as mulheres, foi a montagem do plano de ensino com a escolha dos textos a serem adotados. Como o público-alvo envolveria pessoas de diversos contextos, a adoção de uma escolha metodológica e da didática, somadas aos textos, causou uma mobilização carregada de preocupação para que o público envolvido pudesse se sentir contemplado com as pautas propostas e assim perceber que ali havia espaço para falar a partir de suas realidades. Dessa forma, essa etapa foi sistematizada em três eixos: 1º eixo com discussões sobre gênero, raça, classe e interseccionalidade; 2.º eixo com a proposta da conceituação da violência e as políticas públicas de proteção às vítimas; e no 3.º eixo foram propostos textos para conceituação de redes de apoio, cuidado, enfrentamento e feminismos. Abaixo uma figura com a sinalização dos textos eleitos:

Figura 1

Bibliografia utilizada no Curso de Extensão

CONTEÚDO	TEXTO
Gênero: aspectos históricos e conceituais	REIS, N. D. Revisitando os Estudos de Gênero: Mulheres negras e Pensamento científico. <i>Cadernos de Gênero e Diversidade</i> , v. 3, n. 4, p. 30-46, 2017
Gênero, classe, raça/etnia: contribuições do feminismo a partir da perspectiva da interseccionalidade	hooks, b. Sexismo e a experiência da mulher negra escravizada. In: hooks, b. (Org.). <i>E eu não sou uma mulher? Mulheres Negras e Feminismo</i> . 5. ed. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, p. 37-89, 2020
Violência contra a mulher: contribuições e reflexões	BHATTACHARYA, T. Explicando a violência de gênero no neoliberalismo. <i>Marx e o Marxismo</i> , v. 7, n. 12, p. 13-37, 2019.
Redes de Apoio e de Cuidado como formas de enfrentamento e resistência	PIZZINAT S.O. A.; PAGNUSSAT, E.; CARGNELUTTI, E. S.; LOBO, N.; MOTA, R. F. A análise da rede de apoio e do apoio social na percepção de usuários e profissionais da proteção social básica. <i>Estudos de Psicologia</i> , v. 23, n. 2, p. 145-156, 2018
Feminismos, Políticas Públicas e Movimentos Sociais Feministas	BASTERD, L. L. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: SANDENBERG, C. M. B; TAVARES, M. S. (Org.). <i>Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento</i> . EDUFBA, p. 17-40, 2016 ARRUZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. <i>Feminismo para os 99%: um Manifesto</i> . Boitempo Editorial, 2019



Os textos indicados foram baixados em formato PDF e compilados para disponibilização às participantes de maneira gratuita, junto ao plano de ensino com o cronograma de cada encontro. Essa possibilidade de acesso antecipado às discussões foi interessante para a conduta do curso, sobretudo porque causou um impacto positivo acerca do que seria debatido. Além disso, aquelas que já conheciam alguns dos textos puderam atualizar a leitura, como foi o caso de uma integrante que já é profissional de atenção às mulheres vítimas de violência e compartilhou a possibilidade de, em grupo, produzir uma nova compreensão do que ela já conhecia de um dos textos sugeridos.

A segunda preocupação foi a metodologia a ser adotada, pensada pelo viés da roda de conversa, da exposição de conteúdo em formato dialogado, da realização de dinâmicas de convivência e do uso de recursos como vídeo, conto literário e música para promover participação e interação. Como em cada encontro os laços se estreitaram, as participantes também criaram estratégias de aproximação e vínculos, que foram desde compartilhar as suas experiências de vida até levar bolo e café para lanchar em coletivo. Essa ação é percebida como forma de cuidado e fortalecimento do grupo, de maneira que em cada encontro esse cuidado mútuo era sincronizado com outras formas de vínculo expostas em abraços, escuta, amparo e sensibilidade, que fortaleceram a permanência e assiduidade no curso. Assim, em cada aula-encontro, foi proposta uma metodologia distinta somada ao conteúdo teórico, como mostra a Figura 2.

Com a proposta dessas atividades, foi dinâmico expor o conteúdo teórico, de maneira que as integrantes se sentiam à vontade para levantar a mão e dar suas opiniões, bem como tirar as suas dúvidas sobre o assunto em destaque. Ao passo que também foi importante para que fossem desmistificados os tabus que assolam a vida de mulheres vítimas de violência e para propiciar a percepção de que a violência atravessa a vida das mulheres das mais diversas formas.

**Figura 2***Metodologia do Curso de Extensão*

ENCONTRO	METODOLOGIA/ MÍSTICA PROPOSTA
1	Apresentação: quem sou eu e qual meu interesse no curso?
2	Vídeo: “E eu não sou uma mulher?”
3	Relato de Experiência com uma militante convidada
4	Conto “Aramides Florença” do livro “Insubmissas Lágrimas de Mulheres, de Conceição Evaristo
5	Escuta compartilhada: eu já vi uma violência contra uma mulher?
6	Acolhida com música
7	Debate: o que é cuidado?
8	Mostra das pesquisas: onde estão os coletivos de mulheres?

A terceira preocupação na construção desse curso foi o espaço físico, a estética da sala de aula. Por pensarmos uma Educação Dialógica (Freire, 1996), acreditamos em uma sala de aula que não precisa ter característica rígida, ao contrário, é preciso que os espaços de educação sejam acolhedores. Dessa forma, organizamos a sala em formato circular, com mesa decorada com cactos, exposição de livros que dialogavam com o tema do dia, imagens de mulheres históricas, música ambiente que ressaltava a força das mulheres e odorizador de ar. Este clima caloroso foi interessante para que as participantes se sentissem bem durante 5h de aula, com intervalo de 20 minutos. Com o enlace desse tripé “texto-método-ambientação”, conseguimos do início ao fim a assiduidade semanal de mais de 80% de frequência, participação ativa em todos os encontros e o encerramento do grupo com a inserção de convidadas que foram convocadas pelas integrantes



para que pudessem relatar sobre como experienciam o enfrentamento às violências através de grupos de mulheres. Este último encontro foi muito produtivo para apresentar o cenário da cidade sobre a mobilização das mulheres, os diferentes lugares que esse enfrentamento demanda e os efeitos do curso na vida de cada uma delas.

Redes de apoio: estratégias coletivas de enfrentamento e combate às violências

Para pensar as redes que possuem atuação direta no enfrentamento às violências sofridas por mulheres, no curso de extensão dialogamos acerca de duas principais frentes: o apoio formal, disponibilizado pelo Estado, e o apoio informal, encontrado nas relações interpessoais e através da atuação de coletivos feministas. Nesse sentido, houve grande interesse na atribuição dos movimentos de mulheres, dada a relevância entendida acerca da atuação e mobilização coletiva para o combate a essas violências.

Dutra e colaboradores (2013) afirmam que a vivência das violências por mulheres acarreta na restrição das redes de apoio que conduz a um isolamento social, principalmente quando essa violência acontece no interior de um relacionamento amoroso, o que contribui para a permanência das mulheres nessa situação, uma vez que os constrangimentos, agressões e medos as intimidam de acessar sua rede, o que tem relação estreita com a orientação patriarcal dos relacionamentos amorosos. Para as autoras, o acesso aos serviços públicos também fica limitado por esse medo e coerção que a violência imputa às mulheres.

Ainda que a violência gere cisões nas redes de apoio, ou justamente por isso, entendemos que o movimento de coletivização dos vínculos é extremamente necessário para possibilitar o seu enfrentamento. É nesse sentido que a constituição e articulação de redes possibilita o enfrentamento das violências. Segundo Basterd (2016), os movimentos feministas em vários países vêm lutando pela garantia dos direitos das mulheres a partir da defesa da implementação de políticas públicas que possam contribuir para o desmonte das discriminações jurídicas ou sociais que as retiram da posição de titulares de direitos. Além disso, a autora aponta que essas mobilizações também caminham pela anunciação e propagação dos direitos já conquistados, de modo a incentivar e convocar mais mulheres a aderirem à luta política do feminismo.



Logo, entendemos que os movimentos e coletivos feministas atuam como redes de apoio social, uma vez que constituem teias de solidariedade, dado que a luta por direitos objetiva alcançar cada sujeito que se entende enquanto mulher, ampliando as discussões e mobilizações políticas de modo a atentar para a efetividade de direitos já reivindicados e defender e conquistar demandas que emergem da pluralidade das existências das mulheres que compõem os movimentos. No curso de extensão, a questão dos coletivos de mulheres foi recorrentemente trazida, uma vez que conversamos sobre a solidariedade que se estabelece entre militantes, que muitas vezes também já passaram por situações de violência, e mulheres que estão, no momento, nessa condição. A própria relação entre as militantes e feministas também foi apontada como suporte, uma vez que uma mulher apoiava a outra em suas lutas e percalços.

Como possibilidade de apresentação dos coletivos de mulheres, uma das propostas do curso foi trazer convidadas para relatarem suas experiências com a criação de estratégias de enfrentamento às violências em seus espaços de trabalho e em suas trajetórias de militância, de modo que pudéssemos dialogar essas experiências com os textos estudados. A primeira convidada foi uma professora de uma instituição pública de nível superior do estado, militante, negra e política. Sua apresentação nos trouxe elementos fundamentais para pensar a intersecção entre raça, gênero, pobreza e violência, colocando diante das participantes a realidade prática que estávamos discutindo teoricamente, através do texto de Bell Hooks, bem como a sua atuação no interior do estado, ao propor esse debate na universidade e no fortalecimento de políticas de proteção às vítimas de violência. Essa primeira participação foi essencial para o decorrer dos demais encontros, uma vez que despertou e corroborou com a compreensão de olhar para a violência contra as mulheres de maneira complexa, e que deixou compreendida a perspectiva prática de uma atuação pautada na interseccionalidade apontada pelas teóricas feministas dos textos propostos.

Reconhecemos, assim, que o feminismo tem importante papel na constituição das políticas públicas, uma vez que os movimentos de mulheres atuam ativamente na articulação da formalização dos direitos e ampliação de serviços em âmbito federal e estadual e na mudança na cultura jurídica no Brasil, identificada na legislação que incide sobre as violências contra mulheres; além das conquistas dos seus direitos a nível internacional, a partir da participação na denúncia de violências e reivindicação de políticas sociais e legislações que fortalecem o enfrentamento (Basterd, 2016).



Em relação às políticas públicas existentes, ressaltamos as delegacias especializadas, centros de referência, abrigos e a proteção social básica e especializada. Dutra e colaboradores (2013) apontam que a relação com a instituição é potencializada quando profissionais oferecem acolhimento e segurança às mulheres. Logo, entendemos que a capacidade de demonstração de solidariedade se destaca como elemento fortalecedor das redes de apoio. Em nosso curso, as participantes que eram trabalhadoras de equipamentos públicos apontavam a necessidade da sensibilidade nos contatos com as mulheres vítimas de violência, uma vez que era relatado o entendimento da gravidade da condição em que a mulher chegava e a necessidade da construção de uma relação de confiança para o melhor encaminhamento da situação. A primeira convidada, XX, nos trouxe um relato importante quando falou da dificuldade material que enfrentava para retirar as mulheres vítimas de violência da situação vulnerável na qual estavam postas. A convidada nos relatou sobre quantas vezes precisou usar seu próprio carro para recorrer e transportar essas mulheres para uma delegacia, colocando a própria vida em risco, de modo que essa ação não foi romantizada, mas apontada para pensarmos sobre o fato de que enfrentar as violências expõe os e as profissionais que atuam na proteção das vítimas a muitas situações também violadoras.

Vieira et al. (2015) afirmam que os serviços institucionais, por apresentarem um caráter pontual, são pouco considerados em efetividade para as demandas das mulheres. A fragilidade das políticas públicas também é indicada por Dutra e colaboradores (2013), uma vez que há uma desarticulação entre profissionais e entre os serviços, que também se manifesta na falta de contato com a rede social das mulheres, além do fato de que não são todos os serviços e profissionais que abordam essa questão a partir da desigualdade de gênero.

O nosso curso de extensão pode ser considerado um espaço protegido nesse sentido, uma vez que todas as estudantes e profissionais presentes apresentavam interesse na temática. Por isso afirmamos a importância da formação continuada para as profissionais que compõem as redes de saúde e assistência, para que haja uma conscientização e preparo para o encontro com as situações de violência contra as mulheres. As participantes concordam com a limitação dos serviços, mas afirmam a necessidade de uma melhor articulação para que as instituições possam efetivamente fazer parte da rede de apoio social dessas mulheres.



No que diz respeito às redes relacionadas ao apoio aqui chamado de informal, constituído pela família e pessoas próximas, Vieira e colaboradores (2015) constatarem que estas podem ser presentes, mas esbarram em limitações, como a intimidação do companheiro, a vergonha da mulher em compartilhar o ocorrido e o receio de incomodar a vida alheia, e o medo do julgamento por parte dessas pessoas. Além disso, as autoras trazem que muitas vezes a família, principalmente na figura da mãe, reforça uma concepção tradicional de gênero, reafirmando a subordinação da mulher. Ainda assim, as amigas e a família são importantes suportes para o enfrentamento das violências, dado que entre elas existem relações significativas na vida das mulheres, dispostas a prestar apoio (Vieira et al., 2015).

Basterd (2016) aponta diversos empecilhos no enfrentamento à violência contra as mulheres, como o baixo financiamento para os serviços públicos, que também contribuem para a precarização da estrutura dos equipamentos, a ausência de articulação dos serviços, a pouca oferta de capacitação para profissionais que trabalham nesses serviços e a baixa capilarização dos serviços, que se concentram no Sudeste do Brasil. Há ainda a falta de confiança das mulheres nos mecanismos jurídicos de punição aos homens que cometem violências, como trazem Dutra e colaboradores (2013).

Nos diálogos ocorridos no curso, entendemos as limitações que se impõem ao enfrentamento da violência que ocorre com as mulheres, que demanda constante estudo, articulação e ação para ser efetivo. No entanto, seguimos afirmando a importância das redes de apoio social para realizarem o enfrentamento, sobremaneira por entendermos o movimento de luta organizada que culmina na conquista de melhoria nas condições de vida das mulheres.

Ao pensar teoria e prática, foi proposto que no último encontro as integrantes levassem convidadas militantes ou exemplos de coletivos de mulheres atuantes na cidade. Assim, tivemos a presença de duas representantes de coletivos, o Olga Benário e o Centro Socorro Abreu, e as falas apresentadas por ambas nos trouxeram pistas sobre como pensar o enfrentamento à violência contra as mulheres em um cenário em que se faz fundamental que tenhamos consciência da complexidade dos casos e da nossa sociedade. A convidada do Coletivo Olga Benário relatou a sua experiência com processos de ocupação em casas abandonadas e que são usadas para dar guarida às mulheres que saem de suas casas em razão de diversas violências, e a convidada do Coletivo



Centro Socorro Abreu, falou sobre a atuação de uma ONG com profissionais em uma comunidade em situação de vulnerabilidade, em que as mulheres vivem desde a violência conjugal aos percalços oriundos da pobreza, trazendo visibilidade sobre as fragilidades das redes de apoio na vida de mulheres vítimas de violência.

Portanto, as discussões acerca das redes de apoio para o enfrentamento às violências contra mulheres seguem de grande importância para a efetivação de direitos, uma vez que congrega diversos atores sociais para esta luta que demanda a articulação entre mobilização política, serviços públicos e rede social da mulher, dada a infeliz variedade de violências sofridas por essas pessoas em diversos espaços. Além disso, é importante considerar que as políticas públicas e as organizações de mulheres constituem um suporte que traz benefícios coletivos, na medida em que foram montadas pela luta histórica das próprias mulheres em busca de enfrentamento às suas opressões, devendo ser também coletivamente fortalecidas.

Impacto do curso na realidade das participantes

Falar sobre esse tema com outras mulheres, na modalidade de curso de extensão, nos trouxe pistas sobre como esse caminho das escutas e do acesso à experiência entre pares pode nos atravessar e produzir estratégias de enfrentamento em conjunto, ampliar a rede de apoio e compartilhar o conhecimento sobre os coletivos de mulheres que se posicionam de maneira organizada e caminham em perspectivas de luta e ação. Essa última foi possível quando, em um primeiro momento, convidamos uma militante embasada na luta das mulheres negras do estado para apresentar sua história de vida, sua trajetória de luta e combate às opressões de gênero e raça. Na medida em que a convidada relatava sua trajetória pública e as histórias de outras mulheres sobre violências, as participantes do curso fizeram inferências, perguntas e dialogaram de forma aberta.

Esta perspectiva horizontal e dialógica da convidada, consideramos de extrema importância para que no decorrer do encontro pequenas intervenções práticas fossem expostas, pois como haviam profissionais que atuam no campo de políticas públicas, os exemplos dados enriqueceram o debate, por exemplo, quando uma das profissionais psicólogas presentes expôs os casos de medida protetiva que acompanhava em um equipamento de atenção e proteção às mulheres vítimas



de violência no estado do Ceará; outra profissional de atenção à pessoas em situação de rua nos situou a complexidade das violências vividas pelas mulheres que vivem nas ruas, nesse sentido, percebemos como o mote de violência doméstica e de gênero nos direciona para uma gama plural de situações que demandam um olhar interseccional e regionalizado, assim, em uma perspectiva de aprendizagem, as estudantes de graduação relataram uma maior facilidade de visualizar possíveis estratégias de enfrentamento nas suas áreas.

Perceber essas interações na experiência de condução do curso da práxis de facilitação da doutoranda, possibilitou na prática como o saber-fazer de ensino-aprendizagem é tecido no dia a dia da sala de aula, e isso acarreta na criatividade docente, de maneira que o aprofundamento dos encontros promoviam ideias de como melhorar a proposta metodológica dos próximos temas, pois, na medida em que o tema era aprofundado, um ambiente mais sensível era vivido, o que demandou mais atenção da facilitadora e maior aprofundamento textual das participantes, que relataram se sentirem cada vez mais próximas dos textos propostos e perceberem a teoria na prática.

Esse convite à partilha do espaço de fala em sala é uma perspectiva interessante para que o conhecimento seja transmitido de maneira ampliada e possa promover novos horizontes sobre o tema que se deseja tratar de acordo com o plano de aula. Para o dia em que convidamos a militante, o tema em destaque atravessava o debate racial, portanto, a fala do enfrentamento às violências pelas mulheres negras fez sentido quando, através do relato da história de vida, foi possível escutar os ruídos dessas vozes, uma vez que, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), continuam sendo as mulheres negras as que mais sofrem opressões e violência de gênero. O tema racial, abordado de forma sensível e mediado por autoras negras feministas como Lélia Gonzalez e Bell Hooks, possibilitou às participantes uma compreensão minuciosa acerca desses dados e sobre a dinâmica de estratégias de intervenção e cuidado com a população negra e periférica. A exemplo disso, uma das estudantes de graduação do curso de psicologia, aluna cotista, nos narrou a sua experiência com religiões de matriz africana e sobre como percebe um estranhamento sobre sua religião, de modo que propôs a reflexão em grupo acerca da necessidade de pensarmos as profissões de maneira holística, uma vez que vivemos em uma Estado laico, sobretudo quando temos nos deparado com um forte crescimento de ideais conservadores.



Na facilitação da sala de aula, costumamos muitas vezes não compartilhar o espaço com outras vozes, seja por monotonia ou velocidade com que a vida nos guia, esquecemos o quanto a educação se faz transformadora quando dividimos o afeto da construção de aprendizagem com a experiência de outras e outros. Quando nossa convidada assumiu a fala inicial do terceiro dia, as integrantes ficaram bastante eufóricas e envolvidas, portanto, novas estratégias foram criadas e novas reflexões emergiram, como quando a convidada relatou que em um certo episódio ela foi convocada para retirar uma vítima de violência conjugal em meio à madrugada da situação deplorável em que se encontrava, por falta de verba efetiva para direcionar aquela situação que deveria ser de obrigação do Estado, era ela quem se colocava em risco ao propor proteção. Aqui, vemos como a segurança pública se faz necessária para proteção e garantia dos direitos, e que é interessante que as vítimas saibam com quem contar, como nesse caso citado, mas é preciso garantir que haja proteção e segurança para as envolvidas.

Um outro impacto importante como desdobramento do curso foi a viabilidade de conhecimento pelas participantes, depois de uma atividade planejada e organizada, de alguns coletivos de mulheres da cidade, de modo a avaliar e compreender o potencial da luta coletiva como dispositivo político. Dessa forma, consideramos, conforme proposta de Freire (2016), que foi uma ação de conscientização, havendo problematização, discussão e busca de encontro de redes de apoio social, e, portanto, conscientização que envolve saber e fazer algo com esse saber adquirido, o que possibilitou a materialização de uma das propostas do curso, a mobilização para a busca de distintas formas de enfrentamento.

Houveram momentos de partilha de fala, de apontamento de múltiplas formas de violência para além da violência conjugal, mas um ponto que chama a atenção foi a descrição sobre como essas mulheres se sentiam ao relatarem sobre violência depois de ler um texto acadêmico, de vivenciar uma dinâmica relacionada ao tema e expor através de suas realidades o que é violência, ao passo que ouviam das outras mulheres as demais formas de violência vividas. Aqui percebemos que a Educação está para além de aquisição de conteúdo, estabelecendo relação com a assimilação de realidade social e do pensar o que se pode fazer com isso. A Educação é transformadora quando impacta positiva e criticamente a vida das pessoas, por isso educação é poder. Para Hooks (2017), é necessário que sejam produzidos, em nível de educação, perspectivas



pedagógicas de transgressão de fronteiras, para fins de ampliar as possibilidades de construção de saídas potenciais e libertadoras das práticas de opressão fortemente mediadas por políticas racistas, machistas, capitalistas e que precarizam vidas.

Para Valla (2000), o cenário de precarização aprofundado pelo neoliberalismo exige que as classes populares encontrem formas de sobrevivência, e é nesse panorama que o autor traz o conceito de redes de apoio social, vinculado aos auxílios de quaisquer ordens oferecidos em uma relação já estabelecida, e que trazem benefícios emocionais e comportamentais mútuos. Nesse sentido, o conceito apresenta uma proximidade com a ideia de solidariedade. Em relação a esta associação, nos remetemos à Hooks (2021), novamente, que aponta a construção de comunidades como espaços de vínculos onde é possível promover crescimento recíproco. Logo, podemos entender que a autora traz uma faceta do apoio social, onde as relações significativas despontam caminhos para a alegria e o amor.

Destacamos acerca desta categoria, apoio social, a dinâmica com que foram engendrados panoramas sobre como são pensadas as conexões entre as políticas públicas que formam o arcabouço burocrático de proteção às vítimas de violência e como elas podem se interligar de maneira positiva na realidade de cada vítima, logo, as participantes que não atuam neste lugar, puderam conhecer como são montados cenários de proteção nas comunidades, nos coletivos sociais e mesmo no âmbito da saúde e da justiça que visam fortalecer o enfrentamento e o cuidado com as vítimas de violência. Quando tocamos neste ponto, usamos a questão “com quem as vítimas de violência podem contar no seu espaço para lhes ajudarem na superação desse lugar?”. Daí, muitas foram as propostas pensadas, desde a família, amigas(os), organizações não governamentais, algumas instituições religiosas abertas à acolhida, a comunidade local, escolas, etc. Portanto, fica destacada a necessidade de que as intervenções nestes contextos envolvam muitos agentes.

Assim, este curso de extensão, que convocou pessoas a pensarem o enfrentamento à violência contra as mulheres através do fortalecimento de redes de apoio em coletivos, alcançou seu objetivo através de uma metodologia participativa.



Considerações Finais

O debate da violência contra a mulher necessita cotidianamente ser levado como prática ético-política e social importante. Considera-se, nesse sentido, que a ciência e a educação promovam espaços de diálogo que viabilizem publicizar e denunciar tais práticas, bem como fomentar alternativas de estratégias de enfrentamento em um caráter analítico e reflexivo de base interseccional e que dialogue com as bases. Portanto, a educação é um espaço importante que viabiliza a discussão crítica e o fortalecimento não apenas de mulheres, mas de toda a sociedade, uma vez que está perpassada por pessoas de todos os gêneros.

Essa experiência promoveu efeitos positivos não somente nas participantes do curso, sendo também importante para a discente que o conduziu, de modo que ficaram expostas as fragilidades teóricas que precisavam ser fortalecidas no arcabouço da pesquisa de doutorado e no modo como se conduz uma aula, afinal, acreditamos que o saber-fazer da práxis docente se faz na caminhada, e somente assim é possível observar, corrigir e refazer o caminho.

A facilidade de ter um espaço físico acolhedor também foi essencial para a condução dos encontros, uma vez que os temas promoveram gatilhos nas participantes, e que essas muitas vezes fizeram a exposição de situações de violência, fossem nos casos que atenderam em seus trabalhos ou em suas próprias narrativas, reafirmando a proposta deste curso e a luz que a Educação problematizadora proporciona quando discutimos temas como estes.

Houveram dificuldades no que tange à carga horária do curso, dividida em poucos encontros, o que sobrecarregou o tempo, uma vez que os encontros ocorreram às tardes e seguia até às 19h, tornando o encontro um pouco cansativo, para isso, tentou-se contornar essas situações com a inclusão de metodologias ativas e pausa para lanche. Esta divisão da carga horária apontamos como um ponto essencial a ser decidido com maior critério, para atenuar evasões ou desinteresse.

Dada a discussão e a aplicação do curso de extensão que envolveu estudantes e profissionais, através deste estudo apontamos elementos importantes que destacam a real necessidade de fortalecimento das redes de apoio social de vítimas de violência de gênero pelo viés da coletividade e da Educação, uma vez que compreendemos que as violências não podem ser enfrentadas de



maneira isolada, é preciso garantir que todas as mulheres tenham acesso à formas distintas de proteção e garantia de segurança.

Referências Bibliográficas

- Andrade, G. R. B., & Vaitsman, J. (2002). Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(4), 925-934. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232002000400023>
- Azevedo, C. R. L., Farias, M. E. L., & Bezerra, C. C. (2020). Academic monitoring in a semipresential subject: experience report. *Research, Society and Development*, 9(4), 1-9. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i4.2788>
- Barsted, L. L. (2016). O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In C. M. B. Sardenberg, & M. S. Tavares (Orgs.), *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento* (pp. 17-40). EDUFBA. <https://books.scielo.org/id/q7h4k/pdf/sardenberg-9788523220167.pdf>
- Batista, L. M. B. M., & Cunha, V. M. P. (2021). O uso das metodologias ativas para melhoria nas práticas de ensino e aprendizagem. *Docent Discunt*, 2(1), 60-70. <https://doi.org/10.19141/2763-5163.docentdiscunt.v2.n1.p60-70>
- Biroli, F., & Miguel, L. F. (2014). *Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras*. Horizonte.
- Botomé, S., & Kubo, O. (2002). Responsabilidade social dos programas de Pós-graduação e formação de novos cientistas e professores de nível superior. *Interação em Psicologia*, 6(1). doi:<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v6i1.3196>
- Buziquia, S. P., Tertuliano, G. C., & Loeck, J. F. (2021). A trajetória de um grupo de trabalho interinstitucional para a promoção da equidade em saúde na gestão municipal. *Interações (Campo Grande)*, 22(3), 1001-1012. <https://doi.org/10.20435/inter.v22i3.2993>
- Campos, V. T. B., & Almeida, M. I. de. (2020). O caminho se faz caminhando: formação docente no fazer e refazer da práxis pedagógica. *Ensino em Re-Vista*, 27(1), 11-14. <https://doi.org/10.14393/er-v27n1a2020-0>
- Carneiro, S. (2011). Construindo Cumplicidades. In S. Carneiro (Org.), *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil* (pp. 110-113). Selo Negro.
- Cerqueira, D., & Bueno, S. (2024). *Atlas da Violência 2024*. IPEA.



- Cidade, E. C. (2019). *Estratégias psicossociais de Enfrentamento à Pobreza: um estudo sobre o fatalismo e a resiliência em pessoas residentes na zona rural brasileira* (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará). Repositório Institucional da UFC. https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/45341/3/2019_tes_eccidade.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (2012). *Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência*. <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-em-programas-de-atencao-a-mulher-em-situacao-de-violencia/>
- Domingos, J. C. (2016). Relatos de experiencia, en busca de un saber pedagógico. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, 1(1), 14-30. <https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2016.v1.n1.p14-30>
- Dutra, M. L., Prates, P. L., Nakamura, E., & Villela, V. W. (2013). A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(5), 1293-1304. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000500014>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022*. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2016). *Conscientização*. Cortez & Moraes.
- Hooks, B. (2017). *Ensinando a transgredir: A educação como prática libertadora*. Martins Fontes.
- Hooks, B. (2021). *Tudo Sobre o Amor: novas perspectivas*. Elefante.
- Limberger, J. B. (2013). Metodologias ativas de ensino-aprendizagem para educação farmacêutica: um relato de experiência. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 17(47), 969-975. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.3683>
- Macedo, J. P., Dimenstein, M., Sousa, H. R., Costa, A. P. A., & Silva, B. I. B. M. (2018). A produção científica brasileira sobre apoio social: tendências e invisibilidades. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 11(2), 258-278. <https://dx.doi.org/10.36298/gerais2019110206>
- Martín-Baró, I. (2001). A violência na América Central: uma visão psicossocial In F. Lacerda Jr. (Org.), *Crítica e libertação na Psicologia: Estudos psicossociais* (pp. 286-311). Vozes.
- Moruzzi, A. (2022). O Feminismo como Pedagogia e Inflexões sobre a Ideia de Cidadania. *Interacções*, 18(61), 4–28. <https://doi.org/10.25755/int.26955>



- Mussi, R. F. F., Flores, F. F., & Almeida, C. B. (2021). Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional*, 17(48), 60-77. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.9010>
- Nepomuceno, B. B., Ximenes, V. M., Cidade, E. C., Mendonça, F. W. O., & Soares, C. A. (2008). Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. *Psico*, 39(4), 456-464. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/3532/3836>
- Silverman, D. (2020). *Qualitative Research* (5a ed.). SAGE Publications.
- Silva, L. B., Feitosa, M. Z. S., Nepomuceno, B. B., Silva, A. M. S., Ximenes, V. M., & Bomfim, Z. A. C. (2016). Apoio Social como modo de enfrentamento à pobreza. In V. M. Ximenes, B. B. Nepomuceno, E. C. Cidade, J. F. Moura Jr. (Orgs.), *Implicações Psicossociais da Pobreza: Diversidades e Resistências* (pp. 289-310). Expressão Gráfica e Editora. https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/38178/1/2016_liv_vmx.pdf
- Souza, J. D., Almeida, L. Y. D., Veloso, T. M. C., Barbosa, S. P., & Vedana, K. G. G. (2013). Estratégia de Saúde da Família: recursos comunitários na atenção à saúde mental. *Acta Paulista de Enfermagem*, 26(6), 594-600. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002013000600014>
- Valla, V. V. (2000). Redes sociais, poder e saúde à luz das classes populares numa conjuntura de crise. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 4(7), 37-56. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832000000200004>
- Vieira, L. B., Souza, I. E. O., & Tocantins, F. R. F. (2015). Apoio à mulher que denuncia o vivido da violência a partir de sua rede social. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 23(5), 865-873. <https://doi.org/10.1590/0104-1169.0457.2625>
- Xavier, N. F. (2019). *Processos de estigmatização e de enfrentamento à violência conjugal vivenciado por mulheres*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará). Repositório Institucional da UFC. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/42949>